

ENSAIO CIENTÍFICO SOBRE ESTADO E SOCIEDADE:

Entendimentos gerais

Marcio Aurelio Viana dos Santos¹

Resumo

Este ensaio é resultado parcial do estudo em desenvolvimento do artigo científico que será apresentado como conclusão do curso de pós-graduação *latu senso* em Administração Pública, ofertado pela Faculdade do Leste Mineiro FACULESTE – MG. O texto versa a respeito do Estado e Sociedade, como seus entendimentos generalizados se tornaram parte de um mesmo todo com suas diferenças e semelhanças. Onde Estado e Sociedade mesmo sendo integrantes uma da outra na estrutura de construção sociopolítica, passam com o tempo por uma sensação de conflito contínuo em suas reais funções.

Palavras Chaves: Estado, sociedade, ordem, indivíduo, bem comum.

Introdução

Estado como sendo uma sociedade formada por homens, com objetivo em promover o interesse comum de uma sociedade dentro de um território específico, utilizando todos os meios possíveis para se manter uma condição universal de vivência e ordem social, que beneficiará esta mesma sociedade como um todo.

Sociedade em sendo um grupo de indivíduos que se relacionam com objetivo de conseguir preservar os objetivos comuns, por eles compartilhado e apropriado, para que ela mesma se torne capaz de seu desenvolvimento coletivo, o que chamamos de bem estar e/ou bem comum.

Como vimos, e é bastante interessante, indivíduos de uma Sociedade formam o Estado, e este deveria possibilitar o melhor convívio social com suas ações e projetos estatais. Já a Sociedade deveria participar mais ativamente dos processos decisórios do

Estado, exercendo sua função de proponente de ações e fiscalizadora dos processos executados e em execução.

ESTADO E SOCIEDADE: Entendimentos gerais

Analisando juridicamente é papel de o Estado proporcionar a sociedade acesso qualitativo a segurança, saúde e educação, viabilizando que esta se mantenha em ordem.

A Sociedade é universal, ampla e abstrata, e torna-se uma rede de relações entre indivíduos com interesses comuns em diferentes comunidades, cuja busca é o equilíbrio e o bom funcionamento de todos os integrantes, pertencentes ou não a um território.

Conforme a evolução e o desenvolvimento da humanidade foram evoluindo no decorrer do tempo, indivíduos passaram a ampliar e dividir informações e conhecimento a respeito de si mesmo e da sociedade. Ao apreender tais informações em nichos, o indivíduo passou a compilar as teorias de conhecimento hoje conhecidas em todos os campos do aprendizado geral: educação, saúde, política, matemática, línguas, filosofia, segurança, história, dentre todas as áreas do conhecimento.

Para exemplificar o entendimento geral de Estado e Sociedade, identificamos alguns elementos que facilitam esse envolvimento entre eles, notamos também que estes assumem características consultivas.

A Ordem Formal que é o poder político na sociedade podendo surgir do domínio do mais forte sobre o mais fraco. Esse poder se torna a potencialidade para as realizações gerais do Estado de forma soberana e essencial para a sua existência. Podemos também compreender que essa forma suprema de poder enquanto elemento formal é única, indivisível, inalienável revestindo assim a política. Tal ornamento jurídico especifica normas constitutivas e comportamentais criadas pelo próprio Estado com base formal nas legislações vigentes em cada país, aqui especificamos que a maior em relação ao Brasil é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, a qual deve ser respeitada por todos.

A Ordem Material segundo Bonavides é o elemento humano qualificado como população, povo e nação. Onde a população é um conceito demográfico com referencia a quantidade de indivíduos que se encontra em um determinado Estado, o povo são os

cidadãos juridicamente vinculados pela mesma nacionalidade e nação é um termo que designa uma comunidade de base sociocultural identificada. Podemos especificar também aqui o elemento material território que é fundamental para a existência do próprio Estado, sendo composto, por exemplo, de solo, subsolo, espaço aéreo etc.

Durante os séculos que nos separam de nossa “descoberta” ocorreram vários conflitos entre Estado e Sociedade na história do Brasil.

Estado e Sociedade sempre tiveram seus embates políticos e sociais. Em muitos momentos as motivações para tais acontecimentos chegaram até a luta militarizada, onde as classes sociais entendiam suas funções de maneira muito diferentes.

Tratando aqui unicamente com responsabilidade de exemplificação e não com o pensamento individualizado baseado simplesmente na narrativa ou na opinião pessoal, temos no decorrer da história brasileira conflitos desde a colônia até os dias atuais. Tais conflitos de interesse querem político, militar, racial, social, cultural, gênero ou número, etc.. O entendimento geral em questão deve ser a análise das melhorias nas relações gerais e comuns aos indivíduos que formam uma sociedade. Nesses conflitos não adianta muito o conceito de vencedores e perdedores, pois enquanto humanidade todos os lados independentemente de qual saíram perdendo.

Desta feita no mundo todo tivemos conflitos entre Estado e Sociedade e algumas dessas lutas foram penosas para a humanidade independentemente de qual território ocorreram.

Especificando alguns conflitos no Brasil temos, No Período Colonial: Confederação dos Tamoios (1554-2567), Guerra dos Palmares (início do século XVII-1695), Inconfidência Mineira (1789); no Império Brasileiro: Guerra da Cisplatina (1825-1828), Cabanagem (1835-1840), Guerra dos Farrapos (1835-1845), na Primeira República: Revolução Federalista (1893-1895), Guerra de Canudos (1896-1897), Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Revolução de 30 (1930); na Era Vargas: Revolução Constitucionalista (1932), Intentona Comunista (1935), Segunda Guerra Mundial (1939-1945); no Regime Militar: Tomada do Poder pelos militares (1964), Guerrilha do Caparaó (1966-1967), Guerrilha do Araguaia (1967-1974); na Nova República: Atos de violência organizada no Rio de Janeiro (2010), Crise da segurança pública no Espírito Santo (2017), Conflito armado na Rocinha (2017-Presente). Como podemos notar ocorreram mudanças no decorrer do tempo, porém os conflitos

continuam a existir, muitos desses camuflados tanto pelo Estado como pela própria Sociedade.

Especificar os resultados oriundos da pouca interação da sociedade nas decisões políticas: com base no conhecimento adquirido e/ou da própria vivência individual entendemos que os resultados fragilizados das ações governamentais estão diretamente ligados à ausência da participação da sociedade com mais efetividade.

Nas últimas décadas parte da sociedade começou a vislumbrar mais responsabilidade e passaram a participar mais ativamente do processo social e político, aqui destacamos membros da sociedade em geral participando mais ativamente em Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Todavia não ocorre ainda uma apropriação e uma identidade de forma direta e permanente, o que dificulta a concretização das ações com mais positividade e qualidade na recepção e desenvolvimento dos projetos do Estado.

Somando a isso ainda temos uma política de troca de favores que premia uma minoria, e infelizmente não direciona esforços para uma melhor socialização dos bens, direitos, deveres e obrigações, que deveriam ser comuns e com mais igualdade de condições a toda população.

O entendimento de Sociedade ainda não é bem compreendido e apreendido por seus próprios membros, e na maioria das vezes em que esta se organiza ainda é mais para um fim individualizado no sentido de pequenos grupos, do que comunitário e social no sentido mais amplo, ao alcance de todos.

Como resultados longos e conflituosos têm os processos de mobilizações sociais e políticos, onde mesmo os que se dizem com afinidade, não conseguem dentro do mesmo procedimento resultado que contemple a unidade, fazendo com que as mesmas ideias ou ideais sejam desenvolvidas de maneira totalmente diferentes no mesmo meio de ação.

Citamos como exemplo os partidos políticos, que mesmo tendo uma mesma tendência em sua variedade e siglas, referencialmente ditas como de “direita ou esquerda”, acabam compreendendo um assunto que prioritariamente é comum aos interesses de uma execução pública voltada para o bem da sociedade, de diferentes maneiras. Possibilitando assim a fragmentação dos objetivos reais através do desentendimento coletivo, se utilizando de uma visão com tendência partidária,

esquecendo assim o real objetivo de referencia para a execução do Estado, que é a garantia do bem comum a toda Sociedade, sem dependência de especificações sociais, políticas, econômicas ou culturais.

Conclusão

Notamos que Estado e Sociedade sempre terão relações diretas. Na prática vamos ver exemplificada principalmente através das políticas públicas realizadas pelo Estado, bem como por entes da sociedade civil se fazendo representar, aqui destacamos ONG's, Movimentos Sociais, Associações, dentre outras. Contudo tal representação como escrito anteriormente ainda se direciona a nichos específicos, mas temos que considerar que já é um grande avanço em relação à organização social.

O Estado representando o espaço soberano e poderoso buscou meios para regulamentar a vida social e política, gerando recursos na tentativa de garantir proteção à população. No campo econômico instituiu legislações para garantir o equilíbrio do poder de produção e consumo.

Seguindo as legislações formuladas pelo próprio Estado, este mesmo passa a ser seu próprio fiscalizador na execução dos seus processos, independentemente da área de atuação, Executiva, Legislativa ou Judiciária.

A Sociedade enquanto finalidade básica busca preservar a sobrevivência comum de todos os indivíduos que se enquadrem nas referidas normas sociais, comungando de uma cultura, hábitos e costumes comuns a todos, se torna complexa e muitas vezes não compreende que também é regulada com base nas mesmas leis que o Estado.

Sociabilidade sendo uma capacidade natural do ser humano, nasce, cresce e se desenvolve, assimilando um conjunto extenso de processos que vão sendo adaptados para que possamos viver em harmonia. Porém, não podemos nos esquecer de nossa pluralidade cultural, religiosa, política, econômica, moral, legal dentre outras. É esse comportamento individualizado que deve ser respeitado e respeitoso, para que consigamos equilibradamente nos organizarmos enquanto povo, população e nação.

A democracia possibilita a empatia, a cidadania, o uso da ética, para fortalecimento de uma sociedade que segue, produz, compreende e desenvolve suas diferenças, sem agredir as diretrizes do comportamento humano do outro.

A humanidade no tempo vivenciou muitos Estados e Sociedades, saímos da barbárie do início, ao processo escravocrata mediano, e hoje parece que vivemos numa contemporaneidade relacionada diretamente a informação.

A Sociedade continua fazendo parte integrante do Estado, elegendo seus representantes enquanto governo, e este, prossegue executando suas funções e tentando garantir os bens, direitos, deveres e obrigações que são comuns à própria Sociedade e ao Estado.

Referência Bibliográfica

ACQUAVIVA, M. C. *Teoria geral do Estado*. 3 ed. Barueri: Manole, 2010.

BONAVIDES, P. *Ciência política*. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

¹Marcio Aurelio Viana dos Santos, Contabilista Técnico (ERSC-MA), Curso de Graduação em Tecnologia e Processos Gerenciais (UNIP-PA), Curso de Aperfeiçoamento em Gestão e Organização de Políticas Públicas (Faculdade Metropolitana-SP), Conclusão do Programa de Preparação de Gestores Públicos (ENAP-DF), Pós Graduando Latu Senso em Administração Pública (FACULESTE-MG), Servidor Público Estadual Efetivo desde 2012 na Fundação Cultural do Estado do Pará.